

O discurso midiático e a função social das obras culturais na cibercultura: uma proposta para a análise

The media discourse and the social function of the cultural works in the cyberculture: an analyses proposal

Clarissa Corrêa HENNING¹
Fernanda Al-Alam RIBEIRO²

Resumo

Uma das grandes batalhas deste tempo é o acesso online a obras culturais protegidas pelo copyright. Para além dos espaços específicos de discussão sobre o tema, seria oportuno investigar como a grande mídia dá visibilidade a essas disputas. O presente trabalho propõe um referencial teórico pós-estruturalista como pano de fundo para essa análise, atentando para conceitos como disciplina, controle e vigilância.

Palavras-chave: Acesso a obras culturais online. Discursos midiáticos. Cibercultura.

Abstract

One of the biggest struggles of this time is the online access to cultural works protected by copyright. Beyond the specific spaces of discussion about the topic, it would be convenient investigate how the big media put those contests in focus. The present work proposes a theoretical reference post structuralistic as basis for this analysis, focusing to concepts such as discipline, control and vigilance.

Keywords: Online access to cultural works. Media discourses. Cyberculture.

¹ Mestre em Comunicação e Cultura/UFRJ. Doutoranda em Ciências da Comunicação/Unisinos. Bolsista Proex. E-mail: clarissa.henning@gmail.com

² Especialista em Pedagogia da Arte/UFRGS. E-mail: fealalam@gmail.com

Introdução

A produção de um discurso é justamente isso: uma produção, uma fabricação. Inventamos o objeto no instante em que começamos a descrevê-lo. O discurso jornalístico também é direcionado de acordo com certas perspectivas e – tendo em vista o poder de circulação da mídia de massa – protagoniza uma notável operação de poder. Contudo, é preciso destacar que o discurso jornalístico é limitado por seu processo de produção. Ao construir o texto, o jornalista ocupa uma posição de sujeito específica na relação de comunicação, posição esta que é atravessada por determinações institucionais e pela subjetividade do próprio jornalista.

A instituição jornalística conquistou legitimidade para relatar os acontecimentos do mundo. Por outro lado, a credibilidade de seu discurso coloca em operação efeitos de verdade que indicam uma hierarquia de importância entre as notícias e sugerem de qual perspectiva cada acontecimento deve ser analisado. O gênero jornalístico, assim, contribui para a produção de consensos que valoram nossos comportamentos como certos ou errados, normais ou anormais, legítimos ou clandestinos. Contudo, deve-se ter em mente que a recepção da informação não é passiva: quem interpreta está condicionado pela sua posição de sujeito na relação de comunicação. Mas, assim como o jornalista, o leitor também tem sua percepção atravessada pela própria subjetividade.

O conceito de autoria foi profundamente impactado pelas novas tecnologias: a internet deslocou a emissão para a Indústria Cultural e abriu espaço para práticas que subvertem velhos conceitos. Em tempos de compartilhamento de dados, é cada vez mais comum o *download* e a troca de arquivos virtuais entre internautas – mesmo que a legislação brasileira proíba a reprodução de obras culturais sem prévia autorização do autor.

Segundo uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), 41% dos internautas brasileiros compartilham arquivos ilegalmente. E mesmo essa porcentagem é otimista, tendo em vista os parâmetros eleitos para definir quem é pirata e quem não é: de acordo com eles, o internauta pode ter assistido ilegalmente inúmeros filmes, por exemplo, mas se tiver pago por pelo

menos um *ringtone* nos três meses anteriores à pesquisa, então é definido como não-pirata³.

No Brasil, legislação e práticas aparecem engalfinhadas em uma relação de força e de sentido profundamente atravessada pelas novas tecnologias. Como tal combate é retratado nos veículos de comunicação de massa? Quem é o leitor/internauta que o jornalista tem em mente quando escreve sobre as contradições que envolvem hoje tanto a propriedade intelectual quanto a distribuição de bens culturais? Por outro lado, como o leitor/internauta real recebe tais ditos?

A propriedade intelectual no discurso jornalístico

Entre os vários temas do jornalismo cultural, seria oportuno investigar os aspectos que determinam essa prática (atentando para suas limitações específicas) – e também para os efeitos de verdade que procura produzir sobre assuntos como o *streaming* de arquivos online, a pirataria e a função social das obras culturais. Por outro lado, e tendo em vista a grande disparidade entre a prática dos internautas brasileiros e a atual legislação, parece fundamental também compreender como o leitor recebe esses ditos.

O discurso jornalístico, de maneira geral, parece enfatizar a propriedade das obras culturais sem levar em conta a realidade das práticas de compartilhamento. Assim, parece insistir em escrever para um leitor bem diferente daquele delineado na pesquisa do IPEA. As contradições entre, por um lado, os discursos jornalísticos sobre o compartilhamento de bens culturais e a distribuição das obras online e, por outro lado, a forma como a sociedade vem encarando ou não a validade desses ditos aponta para a idéia de que estamos atravessando uma crise de conceitos. Nada mais coerente. Afinal, o pensamento jamais foi questão de teoria: é a própria vida o que está em jogo.

Para compreender a recepção dos discursos jornalísticos sobre o compartilhamento de arquivos online é preciso, antes, identificar o leitor imaginado pelo jornalista no momento de escrever a notícia e analisar os efeitos de verdade

³ A pesquisa foi divulgada no boletim 147 do IPEA – “Download de músicas e filmes no Brasil: um perfil dos piratas online”. O estudo pode ser acessado em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120510_comunicadoipea0147.pdf

marcados no texto. Charaudeau (2010) ensina que a relação entre indivíduos que querem estabelecer uma relação de comunicação necessariamente formam um laço de cointencionalidade. Fica estabelecido, a partir daí, “uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência” (2010, p. 68). Esse contrato de comunicação inclui dados internos e externos. Os dados externos incluem quatro condições: de identidade (quem fala com quem?), de finalidade (para dizer o quê?), de propósito (sobre o quê?) e de dispositivo (em que ambiente, qual o lugar físico de cada um e em que tipo de canal de transmissão acontece a troca?). Os dados internos agrupam-se em três espaços, e dizem respeito ao “como dizer”: espaço de locução (legitimidade e autoridade do falante), espaço de relação (o falante estabelece sua identidade e a do destinatário e, ao fazê-lo, arquiteta relações de força/aliança, exclusão/inclusão, agressão/convivência) e espaço de tematização (o falante escolhe um modo de intervenção, aceitando ou rejeitando o tema imposto no contrato, e também opta por um modo de organização discursivo, ou seja, narrativo, descritivo ou argumentativo).

Benetti (2008) lembra que a análise do discurso entende os sujeitos do discurso como determinados pela exterioridade e que, por isso, a distinção entre dados internos e externos não é pertinente. Aplicando a teoria de Charaudeau ao jornalismo, a autora explica que o lugar de fala do discurso jornalístico não deve ser entendido como uma ação individual do jornalista; aqui, aparece a visada institucional que determina os jornalistas. A credibilidade do jornalismo é respaldada por sua história: ele foi autorizado a narrar a realidade a partir de uma missão pública. Por outro lado, é preciso ter em vista que “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299).

Importa perceber que a realidade apresentada no discurso jornalístico é profundamente atravessada por sua condição de atividade especializada – e determinada por suas especificidades. Não se pode esquecer que a atividade jornalística compreende a produção, a circulação e o consumo da notícia, e que é uma atividade econômica.

Benetti (2008) ensina: é na condição de propósito do contrato de comunicação que localizam-se as escolhas temáticas, os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade. A condição de finalidade no jornalismo aponta para o princípio da atualidade e para os valores de ineditismo, interesse (público ou segmentado) e

notoriedade dos sujeitos. E é sobre as condições de finalidade e de propósito que são construídas, finalmente, as identidades do jornalista e do leitor.

A condição de identidade é baseada nas formações imaginárias de Pêcheux. Assim, os jornalistas constroem as notícias a partir da pergunta “quem é ele para que eu lhe fale assim?”. Lembrando aqui do lugar de fala de quem escreve a notícia, é preciso ressaltar que esse “leitor virtual” imaginado pelo jornalista não é o único que atravessa as escolhas do profissional na hora de elaborar o discurso. Também fazem parte do jogo elementos como a voz institucional que o emprega, o editor, as fontes e os colegas (BENETTI, 2008).

Por sua vez, ao ler a notícia, o leitor real pergunta-se: “quem ele imagina que eu sou para que me fale assim?”. Benetti (2008) resalta que a diferença entre o leitor virtual e o real não rompe o contrato, mas perturba o processo. É aqui que a condição de propósito (escolhas temáticas, valores-notícia e critérios de noticiabilidade) e a condição de finalidade (atualidade, interesse, ineditismo e notoriedade das fontes) devem ser entendidas pelo leitor para que ele veja o jornalista como alguém que tem autoridade e legitimidade para enunciar.

A ideia de que o jornalismo reporta a realidade com objetividade está profundamente arraigada principalmente nos próprios jornalistas. É claro que o jornalista usa estratégias discursivas para garantir sua credibilidade e o efeito de verdade de suas palavras. Analisando o *ethos*⁴ institucional de quatro revistas semanais de informação, incluindo a revista *Veja*, Benetti e Hagen (2009) concluem que

Institucionalmente, as revistas buscam criar, para o outro, uma imagem de independência, defesa da democracia, competência profissional e compromisso com o leitor. Esta imagem é uma representação, e não a realidade de seu fazer jornalístico. Ainda assim, esta representação de si realimenta crenças amplamente disseminadas sobre o que é jornalismo (2009, p. 14).

Alsina (2009) explica que a credibilidade do discurso jornalístico depende do efeito de verossimilhança. Mas não se tratam de mentiras, pois o jornalista está

⁴ O *ethos* é o que deixa entrever a personalidade do enunciador sem estar explícito no enunciado: “(...) o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um *tom* que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito” (MAINGUENEAU, 2002, p. 98) [Grifos do autor].

condicionado à interpretação baseada na sua vivência pessoal e profissional. Por outro lado, o autor destaca que todo leitor pode recusar a valoração contida no discurso que recebe:

Os jornais fazem interpretações da realidade. Quanto mais eles se ajustam à interpretação da realidade que o leitor faria se estivesse no lugar do jornalista, mais o jornalista vai acreditar que se trata de uma descrição objetiva. Mas, quando ainda nesses casos, o leitor estiver ciente de que está diante de uma construção da realidade social terá sido então gerada a mudança de mentalidade. O leitor crítico é quem sabe por que os meios de comunicação afirmam o que afirmam e compreende, também, que essas afirmações não são verdades absolutas (ALSINA, 2009, p. 294).

Cibercultura e crise de representação

A tarefa de pensar sobre os caminhos abertos pela interatividade e compartilhamento na rede mundial de computadores – e sobre as mudanças que trazem consigo – segue as pistas de um sujeito dilacerado pela crise das metanarrativas (BAUMAN, 2001). Analisar de que maneira os direitos do autor e os termos da fruição de bens culturais aparecem nas notícias e, principalmente, nos comentários dos leitores podem auxiliar na compreensão de batalhas próprias deste tempo. E a compreender quais continuidades discursivas ainda se mantém, e quais discontinuidades indicam a emergência do que somos em devir.

Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises, algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas (Foucault, 2010, p. 28).

A busca é pelo estudo dos deslocamentos de conceitos como compartilhamento, pirataria e função social de obras culturais, aliada à análise de fenômenos próprios do

nosso tempo como o capitalismo cognitivo⁵ (VERCELLONE, 2011), a governamentalidade⁶ (FOUCAULT, 2007) e a cibercultura. Parece necessário seguir os rastros das mudanças e devires que atravessam o sujeito contemporâneo, e procurar destacar a influência dessas transformações nos discursos de leitores e jornalistas: quais são as verdades que habitam nossos discursos sobre as práticas de compartilhamento online de obras culturais?

A análise da contemporaneidade e de fenômenos que lhe são próprios e a compreensão das implicações das tecnologias de segurança e controle parecem ser aspectos fundamentais para o estudo das relações de força e de sentido que hoje atravessam as questões sobre o compartilhamento de obras protegidas. As palavras de ordem⁷ (DELEUZE e GUATTARI, 2004) que a mídia faz circular apontam para o que devemos acreditar, para o que temos a obrigação de abraçar. Apela para um comportamento que legitime a importância do que ela nos diz. Nesse sentido, Deleuze ensina que a informação é o próprio sistema de controle, e que

Um controle não é uma disciplina. Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas, ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem trafegar até o infinito e ‘livremente’, sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. (DELEUZE, 1987, 12).

É importante destacar que a Sociedade de Controle alia-se a um dispositivo de segurança que insere um dado fenômeno em uma série de acontecimentos prováveis e, “[...] em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar

⁵ É a fase do capitalismo onde, entre outras coisas, o valor é mais determinado pelo trabalho intelectual e comunicativo do que pela materialidade mesma dos produtos ou pela rotina produtiva (entendida como repetição de tempos e de movimentos).

⁶ Foucault (2007) ensina que para além de um Estado soberano, hoje a população é gerenciada por uma técnica de governo que alimenta seu saber por meio da economia política e do controle a distância. Técnicas de segurança garantem a liberdade da população em um cenário onde a figura do Estado não é a protagonista. Assim, o fenômeno da governamentalização do Estado é fundamental na contemporaneidade, tornando supérfluas as teorias que veem o Estado como principal posição a ser ocupada ou como o inimigo a ser extinto. São as táticas da governamentalidade que determinam o que é de responsabilidade do Estado; são elas que definem o que é público e o que é privado – o Estado, para além de uma abstração mistificada, deve ser entendido por meio dessas tecnologias de segurança e controle.

⁷ De acordo com os autores, Palavra de Ordem é a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos explícitos que remetam tanto a comandos quanto a todos os atos que estão ligados ao enunciado por uma obrigação social.

de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir” (FOUCAULT, 2008, p. 9).

É a população que colocará em funcionamento as verdades difundidas pelas palavras de ordem próprias da comunicação ou do sistema de controle. A intensificação do poder disciplinar e a democratização dos mecanismos de comando caracterizam a Sociedade de Controle. A diferença desta para a Sociedade Disciplinar é o alcance do controle: agora, ele estende-se para fora das instituições sociais, funcionando por modulação. O caráter provisório e o eterno presente caracterizam esse tipo de sociedade, produtora de novas subjetividades e necessidades, novos desejos humanos e sensações. Deleuze aponta o fenômeno do consumismo como uma das principais marcas dessa sociedade e, por isso, afirma que “o marketing é agora o instrumento de controle social” (2006, p. 224). O homem confinado, marca do poder disciplinar, dá lugar ao homem endividado, personagem-chave na sociedade de controle.

A produção biopolítica (HARDT e NEGRI, 2005) é a marca da sociedade contemporânea: produz a própria vida social, onde o político, o econômico e o cultural se sobrepõem e se complementam. É por isso que o poder se exerce em níveis que ultrapassam o Estado e seus aparelhos. Nesse contexto, a mídia é uma ferramenta particularmente eficaz. O exercício do poder no Império indica a ausência de fronteiras, governando a vida social através da adoção de palavras de ordem muitas vezes estranhas às práticas individuais. Mas a população absorve esse biopoder como função vital – é a produção e a reprodução da própria vida inerente ao capitalismo dos fluxos. O biopoder joga tanto no nível individual quanto no geral:

O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. (FOUCAULT, 2007, p. 289).

A população é a matéria-prima na constituição de um saber voltado para melhor geri-la. Por isso, historicamente, o desenvolvimento do saber de governo é colado ao desenvolvimento do saber referente à população; é por isso também que o nascimento da economia política está absolutamente atravessado pela população conceituada como objeto de análise.

O conjunto das táticas próprias de um governo voltado para a população, e que tem na economia política sua principal forma de saber e nos dispositivos de segurança sua tecnologia fundamental, é chamado por Foucault (2007) de governamentalidade. Ele destaca que se hoje o palco das lutas políticas caracteriza-se justamente pela tecnologia desse tipo de governo, é por meio dessa mesma tecnologia que o Estado pôde sobreviver. O deslocamento entre a sociedade disciplinar e a sociedade de controle torna visível um governo que busca gerir a liberdade humana através dos mecanismos de segurança. Cocco (2009) ressalta, justamente, que a liberdade é indispensável nessa nova configuração social, onde “o Estado não é mais tão central quanto foi nas formas de poder precedentes. No seu lugar, intervém o governo como atualização permanente de sua legitimidade” (COCCO, 2009, p. 129).

As informações estatísticas são desejadas por sugerirem objetividade, mas são objetivações (SENRA, 2005); constroem realidades e as tornam públicas, tendo sua credibilidade apoiada na ciência e na pesquisa. São estas que definem os limites do visível. Coletividades organizadas são indicadas pelas estatísticas, e as individualidades – variadas e múltiplas, ingovernáveis e móveis – tornam-se identidades destacadas a partir de um fundo composto por grupos sociais ideais (SENRA, 2005). É dessa forma que, ao serem individualizadas, as individualidades tornam-se individualizações e, conseqüentemente, passíveis de serem administradas.

Na era pós-fordista (MARAZZI, 2009), a fronteira entre a colaboração e a modulação da cooperação produtiva torna-se cada vez mais tênue. Para Foucault (2008), não há relações de produção *mais* mecanismos de poder, porque estes estão presentes na constituição mesma dessas relações. É a análise desses mecanismos que deve mostrar os efeitos de saber produzidos por eles e pelas estratégias de poder das lutas contra esses efeitos.

O formato digital alterou drasticamente a maneira de consumir produtos culturais. Mais do que isso: a popularização da internet, e das redes P2P, trouxe em seu esteio uma crise de suportes sem precedentes (DE MARCHI, 2005). A liberação do pólo emissor, antes seara quase exclusiva dos *mass media*, incentiva a troca e a colaboração entre os internautas (LEMONS, 2007). Com isso, a distribuição das obras culturais e a legitimidade da propriedade intelectual são deslocadas e sofrem um profundo abalo.

Este é um tempo de paradoxos, de quebra de fronteiras, de crise nas metanarrativas. Este é também um tempo onde espaços antes bem demarcados agora passam por um processo de apagamento de suas fronteiras. Cultura e economia são duas áreas que, para muitos teóricos, já não podem mais ser separadas.

Para Lipovetsky (2012), no tempo do capitalismo cultural, a força propulsora da economia são as indústrias da cultura e da comunicação – a cultura integra o conteúdo mercadológico e a economia torna-se elemento cultural. Quando os “empreendimentos criativos” são o padrão da economia cultural, explicitam-se os princípios fundamentais dessa conjuntura: o mercado, o consumismo, o progresso técnico-científico, o individualismo, a indústria cultural e da comunicação. Essa cultura-mundo cria novas significações culturais, normas e mitos – triunfa a cultura dos negócios, onde ter êxito equivale a ficar famoso e ganhar dinheiro. A escolha é entre globalizar-se ou desaparecer.

Também para Jameson (2006) a economia se sobrepõe a cultura de maneira que tanto a produção de mercadorias quanto as altas finanças especulativas se tornam culturais. A cultura, por sua vez, tomou um viés profundamente econômico e é hoje orientada pela mercadoria. A arte, antes de qualquer coisa, é um negócio: a obra é avaliada de acordo com o valor comercial, e é este que a coloca em destaque na mídia. O reconhecimento deriva das redes do mercado, que enaltecem os mesmos nomes e marginalizam a grande maioria dos artistas (LIPOVETSKY, 2012). A contemplação da arte, antes realizada em silêncio e recolhimento, hoje é feita em meio ao barulho e movimento das grandes cidades e de multidões de turistas:

O tempo médio que o indivíduo se detém diante de uma obra de arte exposta em um museu é de seis segundos. Por sua vez, um quarto das obras atrai a atenção por apenas um segundo, e uma décima parte só consegue reter a atenção do visitante durante quatro segundos (LIPOVETSKY, 2012, p. 44).

Contudo, a crise das metanarrativas modernas sempre deixa entrever curiosas contradições. Lipovetsky destaca que, se por um lado a arte deixou de ser a oportunidade para a elevação da alma (em proveito do divertimento rápido e fácil próprio de uma sociedade cada vez mais consumista), as grandes obras e autores do passado ainda mantêm um lugar eminente. O público hipermoderno preserva a idéia de

imortalidade daqueles artistas, separando-os daqueles cujas obras são destinadas ao consumo cultural contemporâneo.

Efeitos de verdade

Engendramos verdades e somos engendrados por elas. Para além de uma perspectiva *mais certa* ou *errada* sobre a legitimidade ou não da função social das obras culturais, o importante é destacar que todas essas valorações são resultado de disputas eminentemente determinadas pela cultura datada no tempo e fixada geograficamente. E que esta é uma sociedade profundamente marcada pelas tecnologias da comunicação, pela exaltação do consumo e pelo caráter cada vez mais fluido do capital. Disciplina e controle se complementam em jogos de relações de força e de sentido, onde o regime de luz que ordena a visibilidade apregoa e enaltece determinadas valorações (GOMES, 2003). Nesse sentido, é preciso destacar que a atividade jornalística assume “um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes” (ALSINA, 2005, p. 46).

É significativo o alerta de Amadeu (2008) para a parca veiculação de notícias sobre as tentativas de legisladores brasileiros de vigilância e controle da rede mundial de computadores⁸. O autor ainda ressalta que as poucas reportagens sobre o assunto aparecem nos cadernos de informática – raríssimas são as vezes em que podemos encontrá-las nos cadernos de cultura. Também nesse sentido, Alsina (2009) destaca:

[...] na seleção e hierarquização do conteúdo de um meio de comunicação, pode-se notar sua orientação geral. Os jornais não só se ocupam de alguns acontecimentos e não de outros, mas também são um catalisador de sua importância, fazendo-os aparecer, por exemplo, na capa. [...] também precisamos perceber a relação contextual das informações. Ou seja, não é a mesma coisa aparecer numa seção ou em outra do jornal. (ALSINA, 2009, p. 292).

A verdade que perpassa a realidade apresentada pelo jornalismo é fruto de uma inclusão, mas também de uma exclusão. Ao eleger suas fontes, ao autorizar quem fala, também demarca quem são os que não podem falar. E além dessa escolha – inerente ao

⁸ Os autores se referem ao Projeto de Lei 84/99 (“Lei Azeredo”). O controle do acesso aos arquivos protegidos pelo *copyright* e as penalidades recomendadas no texto do projeto desencadearam forte reação de professores, blogueiros e entidades ligadas ao estudo da Cibercultura.

exercício da profissão – o jornalista ainda precisa lidar com as determinações do processo de produção da notícia. Tendo em mente tais ressalvas, é preciso destacar que, para além de indicar a melhor ou pior forma de enquadrar a temática do acesso online a obras culturais protegidas, a questão central é analisar esses discursos como discursos que colocam o lugar do *certo*, do *adequado*, da *verdade*:

É preciso dizer dos discursos que eles representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido. Por exemplo, há uma distância imensa entre uma concepção que nos mostra a defesa dos mais fracos como eixo de ação heróica e aquela que tem o sucesso como parâmetro. Ambas determinarão formas de atuação correlatas ao objetivo a ser perseguido, ao ideal colocado. Mais que isso, ambas colocarão os lugares da normalidade e da patologia, da ortodoxia e da heresia, dos funcionais e dos excluídos, do bem e do mal. [...] Trata-se da estratificação de relações de poder sendo construída e mantida, pois o que caracteriza a discursividade é justamente a determinação de tais relações. (GOMES, 2003, p. 41).

Assim, o funcionamento da produção de verdade deve ser estudado, deve ser analisado no que tange a seus efeitos de realidade, para além do certo ou do errado. Até porque os discursos encontram na mídia seu ponto máximo de difusão e, ao selecioná-los, o jornalismo coloca em operação uma operação de poder⁹. O jogo de oposições inerente às relações de poder implica disputas e silenciamentos: o exercício do poder, como diz Foucault (2007), cria objetos de saber que produzirão informações a serem acumuladas e utilizadas. Dessa maneira, é a dinâmica dessas relações de força que devem ser examinadas.

Narrar os fatos é dar ao receptor um entendimento do mundo. Os discursos justificam e legitimam as regras, produzindo sujeitos e significados. Estabelecem valores, hierarquizam atos, determinam lugares. Gomes ressalta que “enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira de mostrar, enquanto mostram elas controlam pelo próprio mostrar” (2003, p. 77). Os modos de vida que são sugeridos pelo discurso jornalístico atravessam os receptores, e ajudam a construir – e manter – o que Foucault (2002) chama de “corpos dóceis”. Nesse sentido, as notícias não deixam de

⁹ Um exemplo está em Augusti (2005). O trabalho destaca o amplo alcance da revista *Veja*: é a revista semanal de maior circulação no Brasil, e a quarta em escala global. Além disso, o nível de escolaridade de seus leitores está acima da média nacional: esses leitores reproduzem a visada de *Veja* sobre a realidade, e são considerados “formadores de opinião” – mas é a *revista* que explica ao leitor onde está a verdade dos fatos, nunca as fontes.

integrar um sistema, um funcionamento, um tipo de estratégia – a disciplinar. Por outro lado, ao escolher dar visibilidade a determinados fatos e não a outros, elas controlam. Por isso se diz que a mídia constitui sujeitos.

A mídia de massa ampliou as possibilidades de recepção, mas também padronizou modos de vida. A pluralidade é aceita, mas dentro de determinados limites. Na organização discursiva contemporânea, toda diferença se recorta a partir de um fundo de igualdade – esta última, palavra de ordem fundamental de uma sociedade marcada pela livre concorrência. Nesse sentido é que Sloterdijk (2002) destaca a profunda indiferença da diferença tão alardeada e difundida nos veículos de comunicação:

A sociedade contemporânea também não pode deixar de formar em todas as áreas possíveis escalas de valor, categorias, hierarquias – como sociedade de concorrência confessa, não pode fazer diferente. Mas ela deve conceder seus lugares sob premissas igualitárias – é condenada a supor que a diferença entre vencedores e perdedores nos mercados e nos estádios não produz e ocasiona diferenças essenciais, mas representa tão somente uma contínua lista hierárquica apta à revisão (SLOTERDIJK, 2002, p. 112).

O autor explica que vivemos uma diferença horizontal: somos massa colorida, sem contudo deixarmos de ser massa fundamentalmente. O caráter de previsibilidade com relação às possibilidades de diferenciar-se, com relação à paleta de cores que temos à disposição, caracteriza a tecnologia da sociedade de controle: o biopoder. É este quem regula as divergências e delimita o campo de diferenciações possíveis.

Por outro lado, a absorção da sociedade civil pelo Estado que abre espaço para as resistências articuladas – é o paradoxo da “máxima pluralidade e incontornável singularização” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 44). Foucault (2007) alerta que as resistências são o outro termo das relações de poder, seu interlocutor irredutível, e que são distribuídas irregularmente. Esses movimentos produzem clivagens que implodem as unidades e traçam nos indivíduos regiões irredutíveis. É nesse sentido que Hardt e Negri (2005) indicam a Multidão como capaz de construir um Contra-império dentro do próprio terreno imperial. Até porque, de certa forma, o nascimento do Império¹⁰ foi uma

¹⁰ Segundo Hardt e Negri (2005), o Império caracteriza um poder que não reconhece fronteiras e que deve ser compreendido como “uma ordem que suspende a história” (p. 14). Seu poder atravessa todos

exigência da Multidão: suas revoltas do tempo disciplinar indicavam o desejo de internacionalização e de globalização, contrapondo-se às delimitações nacionais, coloniais ou imperiais. É claro que o Império constrói relações de poder muitas vezes mais cruéis do que aquelas peculiares às sociedades disciplinares. As redes de exploração capitalista absorvem a vida social, e a separação entre ricos e pobres hoje é mais extrema. Mesmo assim, as características do Império nos permitem abandonar as velhas estruturas do poder moderno e deixam entrever um importante potencial de libertação. Isso porque a globalização é um regime que produz identidade e diferença – e é esta última que viabiliza o poder da multidão global.

Chartier (1998) aponta as profundas alterações que a tecnologia provocou na relação autor/leitor. As fronteiras do texto em ambiente virtual perdem a visibilidade evidente que o livro indicava; agora, o leitor cruza dados de diferentes textos na mesma memória eletrônica: “(...) a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como na maneira de ler” (CHARTIER, 1998, p. 13). Todo receptor apropria-se peculiarmente da obra que recebe e, por isso mesmo, o próprio consumo cultural já é uma produção, “uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção” (CHARTIER, 1998, p. 19). Quando leio um texto no navegador, por exemplo, posso intervir no cerne do texto e não mais somente nas margens: é a subversão do sagrado em detrimento da criação mundana, ou a profanação da autoridade do autor e a consagração da irreverência do leitor.

Conclusão

O poder, como ensinou Foucault (2007), para além de ser repressivo, é antes de qualquer coisa produtivo. Ele é exercido – não possuído – e passa por todos nós: a força dominante, aqui, se define como força de afetar outras forças: é um tipo de afeto ativo. A força mais fraca, que é induzida ou incitada, é um afeto reativo. Contudo, é importante lembrar que “a força afetada não deixa de ter uma capacidade de resistência” (DELEUZE, 2005, p. 79). Toda força implica relações de poder que produzem verdades. Mas a importância da resistência é que é justamente ela que mantém contato

os registros sociais, e sua meta é governar “a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como forma paradigmática de biopoder” (p. 15).

com o lado de fora: é ela que sugere uma “verdade selvagem”, que busca diferenciar-se do que aí está.

Os índices de “pirataria” no documento do Ipea (2012) apontam para a realidade das práticas do compartilhamento online de obras culturais protegidas pela legislação vigente. Contra o biopoder, o poder de vida da resistência: o lado de fora, incessantemente, subverte o estabelecido.

O entendimento do que estamos nos tornando passa por uma arqueologia das verdades que habitam nossos discursos. Assim, algumas perguntas pertinentes sobre a valoração do compartilhamento de obras culturais seriam: que tipo de leitor o jornalista tem em mente quando escreve sobre o assunto? Que efeitos de verdade são visados por esses discursos? Que outros atravessamentos compõem essa valoração? E o leitor real, como recebe tais ditos?

Como fundo da pesquisa, outras perguntas parecem também ser pertinentes: que idéias compõem nosso arquivo, idéias que por mais que estejam fora de nós, ainda limitam nosso pensamento? Por outro lado, onde nossa atualidade aparece nesses discursos? Onde podemos diagnosticar aquilo que ainda não podemos dizer? Como ensina Foucault (2010), o diagnóstico serve não para antecipar o futuro, mas para nos libertar das continuidades e do que não nos serve mais.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMADEU, Sergio. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. *In.*: AMADEU, S. e PRETTO, N. **Além das redes de colaboração**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 31 - 50. Disponível em < rn.softwarelivre.org/alemdasredes> Acesso em: 8 setembro 2008.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento**: os valores presentes no discurso da revista *Veja*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, vol 8, n 15. São Paulo: 2008. Disponível em <

<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/galaxia/article/viewArticle/5730>>
Acesso em 4 agosto 2015.

BENETTI, Márcia e HAGEN, Sean. **Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais**. Anais do XVIII Encontro Anual da Compós. Belo Horizonte: 2009. Disponível em < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1129.pdf>
Acesso em 15 agosto 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP/IMESP, 1998.

COCCO, Giuseppe. **MundoBraz**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DE MARCHI, Leonardo. A angústia do formato: uma história dos formatos fonográficos. **E-Compós**, vol 2, 2005. Disponível em < <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/29> > Acesso em 8 out 2008

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2006.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **O ato de criação**. Publicado pelo Jornal Folha de São Paulo em 27/06/1999, trad. José Marcos Macedo. Palestra de Deleuze de 1987.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil platôs – vol. I**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

IPEA. **Comunicados do Ipea n° 147**. Download de músicas e filmes no Brasil: um perfil dos piratas online. Disponível em < http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/120510_comunicadoipea0147.pdf> Acesso em 20 de maio de 2012.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMONS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **A globalização ocidental**. Barueri, SP: Manole, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SENRA, Nelson. Informação estatística como objeto de estudo (uma primeira tentativa de formalização). **DataGramZero** – Revista de ciências da informação, vol. 6, n 4, agosto 2005. Disponível em < http://www.dgz.org.br/ago05/Art_04.htm > Acesso em 12 julho 2012.

SLOTERDIJK, Peter. **O desprezo das massas**: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

VERCELLONE, Carlo. A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro. *In* FUMAGALLI, Andrea e MEZZADRA, Sandro. **A crise da economia global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.